

A Percepção da Coordenação Pedagógica da elaboração do PEI para alunos DI

Perception of the Pedagogical Coordination of the preparation of the PEI for ID students

Adriana Oliveira Bernardes¹

RESUMO

Após o cumprimento da LDB (1996) propiciar ao aluno com deficiência frequentar turmas regulares de ensino, almeja-se que, uma vez na escola, o aluno receba uma educação de qualidade, tal premissa está diretamente ligada a um trabalho em que se considerem suas especificidades. Vários recursos poderão contribuir para isso e neste contexto o Planejamento Educacional Individual (PEI) é extremamente necessário para o desenvolvimento do aluno, sobretudo alunos com deficiência intelectual que sofrem grandes preconceitos na escola, não só pelos colegas de classe, mas também por professores que julgam que o mesmo não poderá alcançar desenvolvimento em sua disciplina. Neste contexto é importante conhecer a visão da orientação escolar da elaboração da PEI realizada pelos professores no Ensino Médio, já que os mesmos, conhecendo as especificidades dos alunos, se dirigem aos professores no sentido de elaborar um planejamento anual, no qual, haja atividades diferenciadas que colaborem com o desenvolvimento do aluno com DI (Deficiência Intelectual). O objetivo deste artigo é apresentar a visão da coordenação pedagógica da elaboração do PEI pelos professores para alunos com deficiência intelectual. A pesquisa foi realizada em colégio público estadual do Rio de Janeiro para elaboração do planejamento para aluno com DI no ano de 2018.

Palavras-chave: Ensino para aluno com DI; Planejamento Educacional Individualizado; Visão da coordenação pedagógica; Educação Inclusiva, Ensino Médio.

ABSTRACT

After complying with the LDB (1996) enabling students with disabilities to attend regular teaching classes, it is hoped that, once at school, the student receives a quality education, such premises directly linked to a job in which they are considered their specificities. Several resources can contribute to this and in this context the Individual Educational Planning (IEP) is extremely necessary for the development of the student, especially students with intellectual disabilities who suffer great prejudice at school, not only by classmates, but also by teachers who judge that he will not be able to achieve development in his discipline. In this context, it is important to know the vision of school guidance in the preparation of the IEP carried out by teachers in High School, since they knowing the specifics of the students, address the teachers in order to prepare an annual plan, in which there are different activities that collaborate with the

¹ Doutora em Ensino de Física, UFRJ.

Email: fisica.adrianabernardes@gmail.com

development of the student with intellectual disability. The purpose of this article is to present the vision of the pedagogical coordination of the preparing of the IEP by teachers for students with intellectual disabilities. The research was carried out at a state public school in Rio de Janeiro to prepare the planning for students with ID in 2018.

Keywords: Teaching for students with ID; Individualized Educational Planning; Pedagogical coordination vision; Inclusive Education, High School.

INTRODUÇÃO

A história da deficiência já passou por vários percalços, pessoas com alguma deficiência, da antiguidade aos dias atuais passaram da condenação à morte, ao estabelecimento de que tem os mesmos direitos das pessoas consideradas “normais”. No contexto da escola, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) trouxe benefícios, ainda que a princípio resguardasse a ideia de que aluno poderia em alguns casos frequentar a turma de Educação Especial. Mais de vinte anos depois, com o grande quantitativo de alunos com deficiência na escola, ainda temos inúmeros desafios a superar, além do preconceito, o oferecimento de uma educação de qualidade.

Em relação à questão da deficiência na sociedade, consideremos que:

O progresso científico e social no século XX aumentou a compreensão sobre o valor único e inviolável de cada vida. Contudo, a ignorância, o preconceito, a superstição e o medo ainda dominam grande parte das respostas da sociedade à deficiência. No Terceiro Milênio, nós precisamos aceitar a deficiência como uma parte comum da variada condição humana. (LONDRES, 1999:1).

A mesma, acima citada, entende a deficiência como algo inerente à condição humana, já que sempre haverá um percentual de pessoas que nascerá com algum tipo de deficiência ou irá adquiri-la ao longo da vida. A declaração de Saporro, que também contribui de forma importante em relação à deficiência, acredita na participação plena de pessoas com deficiência na sociedade desde a infância, como podemos verificar no parágrafo abaixo:

A participação plena começa desde a infância nas salas de aula, nas áreas de recreio e em programas e serviços. Quando crianças com deficiência se sentem lado a lado com outras crianças, as nossas comunidades são enriquecidas pela consciência e aceitação de outras crianças. Devemos instar os governos em todo o mundo a erradicarem a educação segregada e estabelecer uma política de educação inclusiva (DECLARAÇÃO DE SAPORRO, 2002).

Tal documento aborda a importância de haver aceitação das diferenças e a convivência desde a infância de todas as pessoas que compõem a sociedade, incluindo as com deficiência. Em relação à questão das diferenças, vale ressaltar que:

Sabemos hoje que considerar que a essência da humanidade possui diferenças é de suma importância para a convivência entre as pessoas e para inserção dos alunos no ambiente escolar; devemos reconhecer as diferenças e aprender a conviver com elas, até porque, mesmo entre os alunos ditos “normais”, existem diferenças no processo de aprendizagem (BERNARDES, 2010:1).

Em relação à questão do professor e à inclusão de tais alunos, o documento subsidiário da educação aborda que:

Um pressuposto frequente nas políticas relativas à inclusão supõe um processo sustentado unicamente pelo professor, no qual o trabalho do mesmo é concebido como o responsável pelo seu sucesso ou fracasso. É claro que a aprendizagem dos alunos é uma das metas fundamentais, não só dos professores, mas de todo o profissional que esteja implicado com a educação e, sem dúvida, uma prática pedagógica adequada é necessária para alcançá-la (Documento subsidiário, 2015:9).

Sabemos que o professor, realmente, é importantíssimo para o desenvolvimento dos alunos e da educação no Brasil de modo geral. Neste contexto, o mesmo assume grande significância em relação aos alunos com deficiência, porém seu trabalho é dependente das políticas públicas, que devem ser estruturadas de modo a colaborar com a formação de tais professores, afim de que atendam de forma melhor alunos com deficiência.

Em nível mundial, temos como referência a American Association of Mental Retardation que tem como função estabelecer definições e classificações em relação a tal condição do indivíduo, como afirma o autor abaixo:

A definição proposta pela American Association of Mental Retardation (AAMR) tem sido uma referência em relação ao entendimento, definição e classificação das condições da deficiência mental. Segundo a AAMR, “Deficiência Mental é a incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas” (DOCUMENTO SUBSIDIÁRIO, 2015:13).

A deficiência intelectual anteriormente denominada mental, pode se dar em vários níveis: da leve a severa, o que influenciará as possibilidades de desenvolvimento de tais

indivíduos, porém, em todos os níveis é possível que a escola contribua de alguma forma para seu desenvolvimento. Em relação ao quantitativo de tais alunos, temos que:

Relatórios internacionais estimam que, em torno de 10% da população mundial, é constituída por pessoas com deficiência, a maioria das quais vive em países economicamente pobres. No Brasil, o CENSO Demográfico de 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, revelam que 14,5% da população brasileira apresenta algum tipo de incapacidade ou deficiência. São pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, de ouvir, locomover-se ou com alguma deficiência física ou mental (IBGE, Censo, 2000).

Assim como a maior parte dos alunos com deficiência, alunos com déficit intelectual são tratados, na maioria das vezes, com preconceito na escola, onde se foca principalmente no que o aluno não pode fazer. Considerando tal situação, a elaboração de um planejamento educacional individualizado pode trazer benefícios aos alunos e fazer com que a escola cumpra seu dever de colaborar com seu desenvolvimento pleno dentro de suas especificidades.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) ter trazido benefícios a tais alunos, que a partir daí puderam frequentar turmas de ensino regular juntamente com seus pares alunos do Ensino Médio, ainda é necessário que haja empenho para que o mesmo possa receber uma educação de qualidade em detrimento de simplesmente frequentar a escola. Apesar da lei ter mais de vinte anos, é importante considerar que temos ainda um longo caminho a seguir para que o mesmo possa se desenvolver plenamente dentro de suas especificidades, como supramencionado.

Consideramos de suma importância para tal, que os professores elaborem anualmente Planos Educacionais Individualizados, corroborando com o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que afirma que o mesmo deve ser oferecido aos alunos em todos os níveis de ensino. Em relação à questão do PEI é importante considerarmos que:

O atendimento escolar é obrigatório a todos os estudantes de 4 a 17 anos, inclusive aos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Não existe um tipo de deficiência que exclua a criança de ser atendida pela escola em classe regular, sob pena de denúncia aos órgãos da Educação e ao Ministério Público (ANTUNES. 2018:6).

No contexto do Ensino Médio abordado neste artigo, o plano educacional individualizado é usualmente solicitado aos professores no início do ano, a fim de que

realmente haja um plano específico para cada aluno. No caso da deficiência intelectual, que existe em vários níveis, o professor realizará seu planejamento considerando o grau de comprometimento do aluno.

Alunos com deficiência que frequentam a escola constitucionalmente têm direito ao atendimento, porém vários estudos ressaltam a importância do atendimento estar atrelado ao trabalho realizado junto ao professor responsável pela turma, nesse contexto para um melhor conhecimento do professor de tal aluno, uma parceria com o professor que realiza o atendimento especial é de suma importância.

Acreditamos assim, que seja de suma importância para qualquer aluno com deficiência, o Plano Educacional Individualizado, que deve ser elaborado pelo professor na escola de acordo com as especificidades do aluno. Neste contexto consideramos que:

As necessidades individuais do aluno são a base para a elaboração de um PEI, que é um esboço dessas necessidades e de como elas devem ser atendidas, assim como a priorização das tarefas e os modos de avaliação. É uma preparação que exige a colaboração de muitas pessoas (BRAUN & VIANNA, 2018:10).

Segundo Mascaro (2018:10) “No caso do processo de escolarização, o trabalho com o PEI proporciona o planejamento de apoios conforme as necessidades do aluno com deficiência intelectual”. Em relação à questão de tal discussão na escola consideramos que:

A discussão sobre alunos com Deficiência Intelectual - DI no Colégio Estadual Canadá, de Nova Friburgo, vem de longa data. No último ano, porém, foi solicitado aos professores um planejamento de atividades que possibilitasse a inclusão de alunos DI nas disciplinas e que propiciasse aos mesmos, mais que somente a permanência no ambiente escolar. Que se buscasse um aprendizado, ainda que limitado (BERNARDES & AZULAY, 2018:2).

O objetivo deste trabalho é discutir a visão da coordenação pedagógica da elaboração da PEI por professores em colégio público estadual do Rio de Janeiro. Diante da perspectiva de uma escola inclusiva que venha a integrar “todos” os alunos de forma que a diversidade de pessoas que compõem a sociedade esteja nela representada, é fundamental que se conheça seus problemas e sobre eles se atue. A investigação aqui apresentada torna-se relevante na medida em que apresenta a escola e sua atuação junto aos alunos com deficiência intelectual.

O trabalho realizado na escola leva em conta a lei que estabelece o direito do aluno ao Planejamento Educacional Individualizado, envolvendo todos os professores do Ensino Médio, ainda que nem todos tenham participado efetivamente da proposta. O projeto desenvolvido traz inúmeras contribuições para a escola, já que permite à aluna com DI uma educação inclusiva, favorecendo uma reflexão que pode também ser realizada em relação a outras deficiências e com certeza, favorece que outras escolas, a partir do relato, disponham de conhecimento a respeito do tema, assim como do conhecimento de um trabalho bem sucedido realizado dentro de escola pública.

METODOLOGIA

O trabalho relatado foi realizado em colégio público da cidade de Nova Friburgo pertencente à rede estadual. O colégio oferece o turno matutino, vespertino e noturno, as modalidades Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, contando com aproximadamente 677 alunos matriculados.

O colégio atende a bairro com inclinação comercial, com muitos alunos trabalhando em confecções e em 2018 recebeu dois alunos com laudo relacionado à deficiência intelectual. A pesquisa, para obtenção dos dados, foi realizada com a orientação pedagógica escolar responsável pelo encaminhamento dos alunos com deficiência.

Foi realizada com a mesma uma entrevista em um único dia, na qual, inicialmente houve uma conversa de esclarecimento dos objetivos da investigação que seria realizada, bem como outras particularidades do caso. Havia apenas um membro da coordenação pedagógica que era responsável por tal trabalho e a entrevista foi realizada com ela, não havendo resistência por parte da escola. A entrevista durou aproximadamente 40 minutos e foi gravada através de *smart phone*.

A responsável pelo trabalho, respondeu as seguintes perguntas presents no questionário semiestruturado abaixo:

A partir de que ano foi solicitada aos professores a elaboração do planejamento educacional individualizado?

Todos os professores atendem a solicitação?

Quando não atendem qual a desculpa principal para não realizá-lo?

Você pensa que os professores acreditam que realmente a elaboração do planejamento vai fazer diferença para o aluno?

Há uma tentativa de trabalhar com recursos que atendam suas especificidades?

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação à pergunta 1, a orientação educacional responde que a solicitação ocorre desde o início de 2013, quando receberam dois alunos com deficiência intelectual na escola. Anualmente ela reitera o pedido, à medida que os alunos vão avançando nas séries.

Em relação à pergunta 2, a mesma responde que nem todos os professores atendem, porém, do ano que se iniciou o trabalho, até 2018, a sensibilização em relação a questão vem aumentando e ela vem observando que os professores estão vendo a questão de forma um pouco mais positiva.

Em relação à pergunta 3, a mesma responde que a principal desculpa é a falta de conhecimento para elaborar o documento.

Em relação à pergunta 4, a mesma responde que a cada dia, vem obtendo melhores resultados com os professores e que a visão dos mesmos mudou muito desde que o trabalho foi iniciado até agora.

Em relação à pergunta 5, a mesma responde que os professores têm tentado utilizar outros recursos sim, como vídeos, pesquisas na internet e experimentos.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Observamos que o trabalho vem sendo realizado há seis anos e vem amadurecendo a cada ano, o que faz com que tenha ocorrido uma construção coletiva a respeito da importância da elaboração do documento. O problema da falta de adesão de professores ainda ocorre, porém, vem diminuindo a cada ano, na medida em que alcançam maior sensibilização em relação ao problema. Notamos que a falta de conhecimento de

como elaborar o documento dificulta o processo, não havendo um planejamento de formação para o professor na escola. Para o processo de aprendizagem do aluno, a mesma relata que vêm sendo utilizados materiais diferenciados para utilização dos alunos de maneira geral, já que todos necessitam de estímulo para um melhor aprendizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento das ações na escola que possibilitam a inclusão de alunos com deficiência é importante, assim como a obtenção da visão que se tem do trabalho realizado em tal contexto. Neste trabalho apresentamos a visão da coordenação pedagógica em relação ao problema da elaboração da PEI para alunos com deficiência intelectual por professores e observamos que a mesma consegue enxergar uma evolução na perspectiva do professor em relação a sua elaboração.

Desde que foi iniciado o trabalho na escola, o número de professores que aderem é maior, propiciando ao aluno um desenvolvimento de acordo com suas especificidades. Chama atenção o fato de que sua elaboração ainda traz bastantes dúvidas aos professores, que infelizmente não são capacitados para tal.

Ressaltamos neste contexto a importância do trabalho colaborativo entre professores e coordenação pedagógica. Segundo Redig (2010) é a ação colaborativa entre os profissionais dentro da escola que viabilizará um ensino de qualidade para alunos com deficiência.

Uma vez apresentada à discussão sobre a percepção do coordenador pedagógico do trabalho, temos a intenção de investigar mais a fundo a visão do professor, bem como se os recursos utilizados pelos mesmos com a aluna foram adequados. Esperamos que tal discussão contribua de forma efetiva para a inclusão de alunos na escola e que contribua para ações bem sucedidas em outras escolas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, S. A Percepção da Comunidade Escolar sobre a Realidade das Pessoas com Deficiência Intelectual ou Múltipla. Disponível em: <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-percepcao-da-comunidade-escolar-sobre-a-realidade-das-pessoas-com-deficiencia-intelectual-e-multipla.pdf>. Acessado em 10 de julho de 2018.

BRASIL. **LDBEN** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 7 mar. 2017.

BRASIL. Documento Subsidiário: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/livro%20educacao%20inclusiva.pdf>>. Acessado em: 10 de fev. 2019.

BERNARDES, A. O. **Da integração à inclusão, novo paradigma**. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0252.html>>. Acesso em 7 mar. 2021.

BERNARDES, A. O. AZULAY, Celeste Kelman. Ensinando Física a alunos com deficiência intelectual: Em busca de um currículo mínimo estadual. **III Cintedi 2018**. Disponível em: <http://editorarealize.com.br/revistas/cintedi/trabalhos/TRABALHO_EV110_MD1_SA_17_ID2_599_11082018202007.pdf>. Acesso em 7 mar. 2021.

CARTA PARA O TERCEIRO MILÊNIO. Assembleia Governativa da Rehabilitation International. Londres, Grã-Bretanha, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação: Um Tesouro A Descobrir**. 2ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003. MEC. Atendimento Educacional Especializado. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_dm.pdf Acessado em: 10 de julho de 2018.

MASCARO, C.A.A.C. Prática pedagógica na sala de recurso e o plano educacional individualizado. In: V **Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão**, 2018, Niterói/RJ.

REDIG, Annie Gomes. **Ressignificando a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva**: a visão de professores especialistas. 2010. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010.

PLETSCH, M. D. & DAMASCENO, A. (orgs). **Educação especial e inclusão escolar**: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, 2011(23-34).

Recebido em: 05/11/2021

Aprovado em: 02/12/2021

Publicado em: 08/12/2021